

BOLETIM INFORMATIVO DA ADEPAC - SÃO MIGUEL DE ACHA

Editorial

25 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



O dia 25 de novembro foi escolhido pela ONU como o Dia Internacional da Violência contra as Mulheres com o objetivo de alertar para a violência física, psicológica, sexual e social que atinge as mulheres, focando-se na consciencialização e no combate à violência de género.

É uma data internacional que tem como finalidade base promover a reflexão e o compromisso na erradicação da violência, reforçando a defesa dos direitos humanos e da igualdade de género.

A violência contra as mulheres e as raparigas continua a ser uma das violações dos direitos humanos mais frequentes e generalizadas no mundo. A nível mundial, quase uma em cada três mulheres foi vítima de violência física e/ou sexual.

Para pelo menos 51 100 mulheres, em 2023, o ciclo de violência de género terminou com um último e brutal ato – o seu homicídio por parceiros e familiares. Isto significa que uma mulher foi morta a cada 10 minutos (dados publicados pela ONU).

Em 2024, o dia 25 de novembro foi marcado pelo lançamento da campanha promovida pela ONU Mulheres, “There is No Excuse for violence against women and girls” (Não há Desculpa para a Violência Contra as Mulheres e as Raparigas), uma iniciativa de 16 dias de ação que terminou no dia em que se comemorou o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro). Com esta iniciativa pretendeu-se acabar com a Violência contra as mulheres e chamar a atenção para a preocupante escalada da violência contra as mulheres que muitas das vezes termina no seu assassinato.

É, pois, necessário persistir neste combate que parece ainda longe de

estar ganho. Contudo, a comunidade parece cada vez mais alertada para este problema e para a urgência de o denunciar precocemente.

Sem acabar com a violência contra mulheres e raparigas, o mundo não poderá alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portugal tem vindo a implementar políticas públicas para a igualdade há cerca de 20 anos, que têm sido norteadas por Planos Nacionais para a Igualdade e desde março de 2018 até 2030 pela Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação-Portugal + Igual (ENIND).

A CIG, enquanto organismo do Estado que coordena os Planos Nacionais de Ação integrados na ENIND, reconhece o papel chave dos Municípios na promoção de políticas públicas locais para a igualdade, enquanto agentes de desenvolvimento local e entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que permitam a territorialização, a identificação e a apropriação local dos objetivos da ENIND e dos seus Planos Nacionais, numa lógica de trabalho em rede e de cooperação entre a administração central e a administração local, no sentido de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, tendo por base o desenho de cidades mais inclusivas e igualitárias. Vejamos algumas Estatísticas recentes sobre a situação em Portugal:

- Aumento de casos: as polícias registaram mais de 25 mil ocorrências, nos primeiros 9 meses de 2025, o valor mais alto dos últimos sete anos;

- Concentração das ocorrências: A maior concentração de casos ocorre nas regiões metropolitanas de Lisboa, Faro e Porto. Um estudo recente da APAV sobre o período de 2021-2024 mostra que a violência doméstica contra homens adultos é um problema significativo, com a maioria das vítimas a sofrer violência de forma contínua e a demorar anos até pedir ajuda. A APAV registou 16.780 agressores e 31.242 crimes/formas de violência em 2024;

- Caráter prolongado: A maioria das vítimas (54%) sofreu violência continuada, e muitas aguardaram anos até pedirem ajuda.

- Localização: A maioria dos casos ocorre na residência comum com o agressor..

- Agressor: A maioria dos agressores é do sexo masculino, mas existem casos onde o agressor é mulher.

Em função dos presentes dados, e tendo em atenção que a violência doméstica é um crime grave que afeta as vítimas de forma física, psíquica e social, atentando contra a sua dignidade, integridade física e emocional, apela-se à denúncia de casos de violência doméstica, tanto a nível público quanto privado, como através da Linha de Apoio à Vítima (116 006), informando-se ainda de que existem programas para reeducação de agressores, com o objetivo de prevenir e combater a violência.

Sofia Gonçalves

NOTÍCIAS DA ADEPAC

FESTA DA FILHÓ

No dia 21 de dezembro a ADEPAC realizará a sua já tradicional Festa da Filhó, no âmbito da qual se procederá à entrega das filhós entretanto encomendadas pela comunidade local.

De acordo com a tradição faremos as filhós na lareira, talhadas no joelho como se fazia nos tempos dos nossos avós, e serviremos café ferrado a todos os presentes.

A Festa da Filhó ocorrerá entre as 14h00 e as 18h00.

As encomendas poderão ser feitas por e-mail (adepac@sapo.pt) ou via telefone (924 045 130), até ao dia 19 de dezembro de 2025.



CRÓNICA

ONDE PARA A COESÃO SOCIAL?

Por Manuel Ruivo



Insistem em fazer-nos crer que a Beira está “à beira do futuro”, mas a verdade é que há muito esta continua a viver apenas à beira da estrada. A confusão semântica é antiga: uma coisa é a estrada da Beira, outra é a beira da estrada — e nós, por cá, continuamos mais perto da segunda. O desenvolvimento, esse, parece sempre passar a alta velocidade, sem tempo para parar nas nossas terras. A palavra ‘coesão’ tem sido uma das mais repetidas no discurso político nacional. Fala-se de coesão social e territorial como bandeiras de um país justo e equilibrado. No entanto, à medida que se percorre Portugal do litoral ao interior, percebe-se que essa coesão continua, na prática, mais uma contradição política em que o nosso país é pródigo, do que uma realidade. O contraste é evidente. No litoral, concentram-se as oportunidades, os rendimentos mais altos, a inovação tecnológica e a presença das universidades com maior peso no sistema científico. No interior, pelo contrário, impera uma economia frágil, dependente de um setor primário envelhecido e de um terciário sustentado quase exclusivamente pelas autarquias, principalmente nos pequenos concelhos. O investimento privado é escasso, a criação de emprego é limitada e as migrações dos jovens continuam a marcar o mapa das assimetrias. De quando em vez, vêm emissá-

rios que nos trazem notícias de que o mal está em vias de cura, com resiliência e umas quantas doses de otimismo e trabalho, como se cá não o houvesse, isto tende a regredir. Fica-se, como sempre, pelas intenções.

A força que esmorece no interior

Em muitas zonas do interior, as Câmaras Municipais tornaram-se o principal empregador. Não por estratégia de desenvolvimento, mas por necessidade. Estas autarquias, frequentemente apoiadas por associações criadas para sustentar os seus próprios projetos, acabam por formar estruturas fechadas, onde se reforçam dependências mútuas e se alimenta a progressão política interna, limitando alternativas e fragilizando o dinamismo local.

Entretanto, o tecido empresarial rareia, a agricultura debate-se com a falta de apoios e de mão de obra, e os serviços públicos encolhem em número e qualidade.

O resultado é um ciclo vicioso que se perpetua: menos população gera menos consumo, menos consumo reduz o investimento e, com menos investimento, escasseia o emprego. A cada geração que parte, o território perde mais do que habitantes — perde futuro.

Por outro lado, importa ter presente que uma cidadania ativa não se resume ao voto. Implica conhecer os problemas das localidades, acompanhar regularmente as decisões municipais, participar em reuniões públicas, consultar orçamentos, questionar prioridades e exigir transparência. Uma comunidade bem informada reduz o risco de estruturas fechadas e dependências internas. Mas com comunidades demasiado idosas e com iliteracia política cabe ao município encontrar formas de organizar e estimular esta participação, já que será o primeiro beneficiário destas ações.

Maior proximidade com a população precisa-se. Esta pode ser efetuada através de fóruns de discussão locais, reuniões rotativas do executivo municipal em diferentes freguesias, levando a decisão política às partes que constituem o seu território. Conhecer de perto necessidades, infraestruturas, oportunidades e fragilidades de cada freguesia, fica-se mais bem informado e mais responsável perante as especificidades de cada comunidade.

de.

A ilusão dos projetos de curta duração

É verdade que têm surgido iniciativas culturais e turísticas, algumas de grande qualidade. No entanto, o padrão que se repete é o da efemeridade: eventos que duram um fim de semana, exposições que passam sem deixar rasto, festivais sustentados por participações pontuais. A estes juntam-se fóruns, debates e painéis promovidos por instituições que diagnosticam, com rigor académico, os problemas estruturais do interior e ensaiam soluções para os resolver. Contudo, alguns desses encontros servem sobretudo para dar tempo de antena a “mestres curandeiros” do desenvolvimento local e visibilidade às associações e entidades de onde provêm.

A cultura, que deveria ser pilar de coesão e identidade, tem sido muitas vezes tratada como decoração de paisagem — um meio de atrair visitantes por uns dias, sem consolidar um projeto duradouro para os que cá vivem. Falta estratégia, continuidade e, sobretudo, visão integrada entre cultura, economia e educação.

A desigualdade começa nos rendimentos e acaba nas oportunidades

Os rendimentos médios no interior continuam a ser muito inferiores aos do litoral. A redistribuição fiscal, que aqui já abordamos, deveria corrigir essas diferenças, contudo faz o inverso: o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é baixo porque o valor patrimonial das propriedades é reduzido face ao litoral, o que se traduz em menos receita para as autarquias. Menos receita significa menor capacidade de investimento público. Enquanto isso, a carga fiscal sobre os cidadãos e pequenas empresas do interior é idêntica à das grandes cidades, mas sem os mesmos retornos em serviços, transportes, saúde ou educação. A coesão social falha porque a coesão fiscal e territorial também falham.

.../...

São Miguel de Acha e a sua História

Pedidos para:
adepac@sapo.pt
Tel. 924 045 130



Cancioneiro da Música Tradicional de São Miguel de Acha

Pedidos para:
adepac@sapo.pt
Tel. 924 045 130



PAGAMENTO DE QUOTAS

Lembramos os nossos associados de que podem pagar as suas quotas através de transferência bancária para o

IBAN PT50 003 503 690 001 952 913 051

O que falta fazer para um novo modelo de desenvolvimento

O país precisa de uma política séria e duradoura de reequilíbrio territorial. É tempo de ir além dos discursos e dos subsídios pontuais e colocar o interior no centro de uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento. O caso de Idanha-a-Nova, no coração da Beira Interior, ilustra bem o desafio — e também as oportunidades — de um território que continua a oferecer condições únicas para viver, investir e criar valor.

É fundamental criar instrumentos fiscais atrativos que favoreçam o investimento produtivo na indústria transformadora, na valorização florestal e na modernização agrícola. Um crédito fiscal regionalizado permitiria estimular o emprego qualificado e fixar população, aproveitando os recursos locais de forma sustentável.

Num país onde o interior continua a perder gente e serviços, importa questionar se o atual modelo de financiamento municipal responde às desigualdades do território. Uma das soluções podia passar pelo reforço dos mecanismos de discriminação positiva através dos fundos do Estado.

O Fundo Geral Municipal já introduz pequenos equilíbrios, mas é o Fundo de Coesão Municipal que verdadeiramente permite ajudar quem está mais longe dos centros e mais perto das dificuldades. É este fundo que mede desigualdades, identifica carências e pode canalizar recursos acrescidos para combater o despovoamento, fragilidades económicas e falta de serviços. Reforçar a articulação entre FGM e FCM — dando mais peso ao segundo — seria, portanto, um passo concreto para construir uma política de discriminação positiva verdadeiramente eficaz. Mais do que um detalhe técnico, trata-se de garantir ao interior português condições mínimas de equilíbrio e desenvolvimento, em linha com os princípios constitucionais de justiça territorial.

A formação profissional e a requalificação da força de trabalho são outro pilar essencial. O nível médio de escolaridade no interior continua muito abaixo da média nacional, e isso limita a capacidade de adaptação às novas exigências tecnológicas. É urgente investir em programas de reconversão que preparem os trabalhadores para a economia digital e para as indústrias emergentes sustentáveis, ligadas à energia, à biotecnologia e à indústria agroalimentar.

Outro eixo decisivo é o reforço da autono-

.../...

mia do ensino superior e dos centros de investigação sediados fora das grandes cidades, promovendo uma ligação mais estreita com o tecido produtivo regional. Universidades e politécnicos do interior podem ser motores de inovação aplicada ao território, se forem dotados de meios e incentivos adequados.

A transformação digital dos municípios e empresas locais é igualmente indispensável para reduzir custos, aumentar a eficiência e abrir novas formas de negócio, nomeadamente no turismo, nos produtos de qualidade e nos serviços de proximidade. A transição energética e digital não pode deixar o interior para trás.

Mas nenhum desenvolvimento será sustentável sem infraestruturas básicas bem dimensionadas. A água e a energia são o alicerce de qualquer economia moderna. É, por isso, essencial investir em sistemas hídricos e energéticos resilientes, capazes de garantir a atividade agrícola e industrial em períodos de maior pressão climática.

Por fim, importa referir que a mobilidade é decisiva para o futuro. A boa notícia é que a IC31 foi aprovada, a 24 de novembro do corrente ano, na Assembleia da República, como parte do Orçamento do Estado para 2026, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, prevendo-se um perfil de autoestrada e o início dos trabalhos em 2026. O traçado assegura a ligação da A23, em Alcains, às Termas de Monfortinho, facilitando a conexão entre Portugal e Espanha. Trata-se de um projeto estratégico essencial para a coesão e o desenvolvimento da Beira Interior. Num território que tanto tem aguardado, é imperativo que a execução avance com a celeridade que a realidade impõe. A região não pode continuar dependente de intenções, estudos e planeamentos que se arrastam: precisa de obras.

Esta ligação, de importância estratégica incontornável, poderá transformar Idanha-a-Nova e toda a região num corredor de desenvolvimento transfronteiriço, potenciando o turismo termal, a logística e as trocas comerciais. Um eixo viário moderno é mais do que uma estrada — é um símbolo de ligação entre comunidades e de esperança para o interior.

O reequilíbrio territorial não se fará apenas com palavras. É preciso visão, continuidade e coragem política. Idanha-a-Nova e a Beira Interior podem ser exemplo de um novo modelo de desenvolvimento — assente na inovação, na cooperação e na confiança de que o futuro também se constrói longe do litoral.

O interior como motor do futuro

Investir no interior não é caridade, é visão. É

entender que o crescimento equilibrado do país depende da vitalidade de todo o território. Reconhecer que as regiões de baixa densidade possuem recursos, conhecimento e uma resiliência própria que podem ser potenciados através de práticas inovadoras e sustentáveis. Portugal precisa de virar a página. Transformar o interior num novo motor de desenvolvimento — produtivo, tecnológico e humano — é o caminho para um país mais próspero, coeso e europeu.

A coesão social não se decreta. Constrói-se, passo a passo, com políticas de longo prazo, com justiça fiscal, com confiança e com a coragem de acreditar que o futuro também mora aqui, nas terras onde o silêncio ainda tem voz.

Cantinho da Poesia

Sem lugar na hospedaria...

Sem lugar na hospedaria,
Fica Jose sem saber
Onde ir alojar Maria
E ao Filho que vai nascer.

Tranquilo sítio procura,
Um simples curral encontra:
O burro, a vaca, ternura,
E a manjedoura pronta.

Nascido o Deus Menino,
Vindos do céu à porfia
Os Anjos cantam um hino
De glória, paz e alegria...

Vão os Anjos, profecias,
Aos pastores aclamar
Que o Menino é o Messias
E o mundo vem renovar.

Lá longe no Oriente
Os Magos veem a estrela,
Partem rumo ao Ocidente
Sendo guiados por ela...

Na gruta o Rei dos reis
Encontram, ardor imenso,
Seus presentes o sabeis:
Oiro, mirra e incenso....

Têm mais brilho as estrelas
Que reluzem lá no céu,
Na terra ainda mais belas,
Que o Deus Menino nasceu!

Natal 25
LG



NOTÍCIAS DA ADEPAC

BOAS FESTAS

A Direção da Associação de Defesa do Património Cultural de São Mi-



guel de Acha-ADEPAC vem desejar a todos os seus associados e à população de São Miguel de Acha em geral uma época de festividades natalícias cheia de tranquilidade, saúde e paz num momento em que o mundo está deveras agitado e injusto para com os mais desfavorecidos.

Aproveitemos este tempo para refletir sobre o nosso futuro e que consigamos percorrê-lo com saúde e muita amizade, junto das nossas famílias e de quem nos está mais próximo.

Boas Festas

Grupo de Cantares

Está agendada para o dia 13 de dezembro, uma atuação do Grupo de



Cantares no âmbito do festival "Penamacor Vila Madeiro 2025". Este evento é inaugurado no dia 6, sábado, às 17:00 horas, na Tenda Vi-

Concerto de Natal

No âmbito do *Ciclo '4 Concertos 4 estações' 2025*, no dia 20 de dezembro, terá lugar na Igreja Matriz de São Miguel de Acha, pelas 18h00, um Concerto pelo **CORO DA ESART**, com um programa de músicas natalícias. O concerto é organizado pela MAAC-Música Antiga Associação Cultural, sob a responsabilidade do

MAAC
MÚSICA ANTIGA ASSOCIAÇÃO CULTURAL

Ciclo '4 Estações 4 Concertos' 2025
Igreja Matriz de São Miguel d'Acha, 20 Dezembro, 18H00

CORO DA ESART E ÓRGÃO
João Pedro Delgado, *direção*
João Janeiro, *órgão*

Corais de Natal
'Quando o Anjo proclamou'
'Na Bela Noite se Ouviu'
'Noite Feliz'
'Jesus num Presépio'
'Pequena Vila de Belém'
'Erguei-vos Cantando'
'Lá longe numa Manjedoura'
'Loa de Natal'
'Ave Maria'
'Partiram os Três Reis Magos'
'Abençoada Seja Maria'
'Gloria in Excelsis'

Produção: MAAC - Música Antiga Associação Cultural
Apoio: ADEPAC, Junta de Freguesia de São Miguel d'Acha

Prof. João Paulo Janeiro.

Mais uma vez se espera a participação da comunidade local.

Não perca esta oportunidade para fazer jus à qualidade musical e de interpretação a que a MAAC nos tem habituado e faça-se acompanhar pelos seus familiares e amigos.

NOTÍCIAS DE SÃO MIGUEL

O MERCADINHO DE NATAL em São Miguel de Acha

Promovido pela Junta de Freguesia de São Miguel de Acha, terá lugar nos dias 13 e 14 de dezembro deste ano, o *Mercadinho de Natal* em São Miguel de Acha.

No dia 14 de dezembro a ADEPAC promoverá uma mostra da "Festa da Filhó" para que todos conheçam a forma como os nossos avós faziam as tão cobiçadas e tão tradicionais filhós da Beira Baixa. Poderão degustar esta preciosa iguaria acompanhada de café ferrado.

Em simultâneo, mas ao início da tarde, terá oportunidade de assistir a um Concerto de Natal promovido pela ADEPAC

com a atuação do Grupo de Cantares Tra-



dicionais de São Miguel de Acha.

Todo o mercado terá lugar nos espaços circundantes da Junta de Freguesia, com pequenas bancas, onde serão expostos produtos regionais e iguarias da nossa região. O artesanato local também terá o seu espaço.

ÓBITOS

Faleceram :

02/11 – ANTÓNIO MACHADO MAIA, genro do *Ti Manel Saranta*

14/11 – JOAQUIM HERIQUES NOGUEIRA SURRA, 59 anos, (filho do *Cassapo*)

16/11 – ESTER DE JESUS MILHEIRO DA CRUZ, 85 anos, viúva do Manuel Oliveira (*Chouriço*).



Diretora: Sofia Gonçalves.

Colaboradores nesta edição: Libório Gonçalves; Manuel Ruivo; Sofia Gonçalves.

Propriedade:

Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel de Acha-ADEPAC

Largo de Stº. António, s/n
6060-511 São Miguel de Acha

Associada do INATEL com o n.º 562
Contactos: 924 045 130

adepac@sapo.pt <https://adepac.pt>

Apoios:



(distribuição gratuita aos associados)